

SUMÁRIO

Título I Noções Preliminares

Capítulo I – OS INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PROCESSUAL	39
I – JURISDIÇÃO	39
1. Conceito e natureza jurídica	39
2. Características e princípios regentes da jurisdição estatal	41
3. Jurisdição civil	43
3.1 Espécies de jurisdições civis	43
3.2 Jurisdição e competência	45
3.3 Jurisdição privada – a arbitragem	46
4. Jurisdição voluntária: conceito e características	48
II – DIREITO DE AÇÃO	49
5. Conceito e natureza jurídica	49
5.1 A teoria concretista	49
5.2 A teoria abstrata	49
6. Condições da ação	50
6.1 Interesse de agir	52
6.2 Legitimidade das partes	53
7. Elementos da ação	55
7.1 Partes	56
7.1.1 Litisconsórcio	57
7.2 Pedido	58
7.2.1 Pedidos imediato e mediato	58
7.2.2 Pedido certo e determinado	58
7.2.3 Pedido genérico	58

7.2.4	Pedidos cumulados (cúmulo objetivo)	59
7.2.5	Pedido implícito	60
7.3	Causa de pedir.....	60
8.	Reconvenção	61
8.1	Legitimidade das partes e litisconsórcio ulterior	62
8.2	Fundamentos da reconvenção	63
8.3	Autonomia da reconvenção	63
8.4	Intimação e resposta do autor reconvinde.....	63
8.5	Citação e resposta do litisconsorte reconvinde	64
8.6	Julgamento da reconvenção e recurso	64
III – DIREITO DE DEFESA		64
9.	Conceito e natureza jurídica	64
10.	Contestação: conceito, conteúdo e efeitos	66
10.1	O princípio da eventualidade da defesa.....	67
10.2	Contestação e pedido contraposto	67
10.3	Contestação e ação dúplice (“ <i>actio duplex</i> ”).....	68
10.4	Contestação e defesas de mérito	69
10.5	Contestação e defesas processuais.....	69
10.5.1	Inexistência ou a nulidade de citação.....	70
10.5.2	Incompetência absoluta ou relativa	71
10.5.3	Incorreção do valor da causa.....	71
10.5.4	Inépcia da petição inicial	71
10.5.5	Perempção	72
10.5.6	Litispendência	72
10.5.7	Coisa julgada	72
10.5.8	Conexão	72
10.5.9	Incapacidade da parte, defeito de representação, falta de autorização.....	73
10.5.10	Convenção de arbitragem.....	73
10.5.11	Ausência de legitimidade ou de interesse processual.....	73
10.5.12	Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar	74
10.5.13	Indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça.....	74
10.6	A técnica substitutiva da nomeação à autoria.....	74

10.6.1	O ônus da indicação do terceiro legitimado	75
10.6.2	Instauração de litisconsórcio passivo facultativo.....	75
10.7	A incompetência relativa como fundamento de contestação	75
10.7.1	A ineficácia de escolha de foros aleatórios	75
10.7.2	A arguição de incompetência do órgão jurisdicional	76
10.7.3	Direcionamento da contestação.....	76
10.7.4	Reconhecimento da competência territorial e prevenção do juízo.....	77
10.7.5	Conflito negativo de competência	77
10.8	O ônus da impugnação especificada	77
10.8.1	O ônus da impugnação especificada e o princípio da autonomia dos litisconsortes.....	78
10.8.2	Questões de fato que independem de impugnação.....	78
10.8.3	Situações de dispensa do ônus da impugnação especificada	78
10.9	Defesas dedutíveis após a oferta da contestação.....	79
10.10	Ausência de contestação: revelia e seus efeitos	80
IV – PROCESSO	80
11.	Introdução.....	80
11.1	O processo como relação jurídica	80
11.2	O processo como situação jurídica	81
11.3	O processo como instituição.....	81
11.4	A teoria dominante	82
12.	Relação jurídica processual e sujeitos do processo.....	83
13.	Pressupostos processuais	83
14.	Categorias processuais.....	84
14.1	Processo de conhecimento.....	85
14.2	Processo de execução ou fase correspondente.....	85
15.	Formação do processo.....	86
15.1	Propositura da ação.....	87
15.2	Efeitos da propositura da ação.....	87
15.3	Efeitos da citação válida.....	90
15.3.1	Efeitos processuais da citação válida.....	90
15.3.2	Efeito material da citação válida – a constituição em mora.....	91
15.4	Alterações objetivas da demanda	92

15.5	Alterações subjetivas da demanda.....	93
16.	Suspensão do processo	94
16.1	Hipóteses de suspensão	94
16.1.1	Morte da parte.....	94
16.1.2	Perda da capacidade processual da parte.....	95
16.1.3	Morte ou incapacidade do representante da parte	95
16.1.4	Morte ou incapacidade do advogado da parte.....	95
16.1.5	Convenção das partes.....	96
16.1.6	Arguição de impedimento ou de suspeição do juiz	96
16.1.7	Admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas	96
16.1.8	Suspensão por prejudicialidade externa homogênea.....	96
16.1.9	Suspensão por prejudicialidade externa heterogênea.....	97
16.1.10	Suspensão no aguardo de verificação de fato ou de produção de prova	98
16.1.11	Suspensão por motivo de força maior.....	98
16.1.12	Discussão, em juízo, de questão relacionada a acidentes e fatos da navegação de competência do Tribunal Marítimo.....	98
16.1.13	Nascimento ou adoção de filho pelo patrono da causa	99
16.2	Outras hipóteses de suspensão	99
16.3	Períodos de suspensão do processo	100
16.4	Proibição da prática de atos durante a suspensão	100
16.5	Ineficácia de atos praticados durante o período de suspensão.....	101
17.	Extinção do processo.....	101
17.1	Extinção normal do processo	101
17.1.1	Com o acolhimento ou rejeição do pedido formulado pela parte... ..	102
17.1.2	Com o acolhimento, de ofício ou a requerimento da parte, da alegação de ocorrência de decadência ou de prescrição	102
17.1.3	Com a homologação.....	102
17.2	Extinção anormal do processo.....	102
17.2.1	Indeferimento da petição inicial.....	102
17.2.2	Abandono do processo.....	103
17.2.3	Ausência de pressupostos processuais positivos ou presença de negativos.....	103
17.2.4	Ausência de legitimidade de qualquer das partes ou de interesse processual do autor.....	103

17.2.5	Existência de convenção de arbitragem ou reconhecimento da competência do juízo arbitral	103
17.2.6	Desistência da ação	103
17.2.7	Intransmissibilidade do direito	103
17.2.8	Outras hipóteses de extinção	103
Capítulo II – PROCEDIMENTO		105
I – INTRODUÇÃO		105
18.	Conceito de procedimento	105
19.	Categorias procedimentais	107
20.	Princípio da adaptabilidade do procedimento e negócio processual	107
II – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS		109
21.	Generalidades	109
22.	Algumas características dos procedimentos especiais	111
22.1	Regras particulares sobre prazos processuais	112
22.2	Natureza dúplice da ação	113
22.3	Fixação de regras especiais relativas às finalidades da citação	113
22.4	Concessão de medida “ <i>inaudita altera parte</i> ”	113
22.5	Limitações e condicionamentos ao direito de defesa	114
22.6	Limitação horizontal da cognição	114
22.7	Jurisdição de equidade	114
23.	Os procedimentos especiais do Código de Processo Civil	115
23.1	Procedimentos incluídos	115
23.2	Procedimentos alterados	115
23.3	Procedimentos excluídos	115

Título II

Procedimentos Especiais Contenciosos

Capítulo I – AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO		119
I – PAGAMENTO EM CONSIGNAÇÃO		119
24.	O pagamento em consignação como modo anormal de extinção da obrigação	119
25.	Situações autorizadoras do pagamento em consignação	120
26.	Recusa do credor	120
27.	Inércia do credor	120
28.	Credor incapaz, desconhecido, ausente ou em local desconhecido ou inacessível	121

28.1	Credor incapaz.....	121
28.2	Credor desconhecido	121
28.3	Credor ausente	121
28.4	Credor residente em local incerto ou de acesso difícil ou perigoso	121
29.	Dúvida quanto à titularidade do crédito.....	121
30.	Litígio sobre o objeto do pagamento	122
31.	Outras hipóteses de consignação em pagamento	122
32.	Depósito extrajudicial e hipóteses de cabimento.....	122
32.1	Requisitos do depósito extrajudicial	123
32.1.1	Objeto do depósito	123
32.1.2	Lugar do depósito	123
32.1.3	Beneficiário do depósito	123
32.1.4	A ciência, pelo devedor, do local do domicílio do credor	124
32.2	A realização do depósito extrajudicial.....	124
32.3	O depósito extrajudicial de aluguel e encargos da locação	125
32.4	A inviabilidade do depósito extrajudicial.....	126
II – AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO		126
33.	Extinção da obrigação pela via judicial.....	126
34.	A ação de consignação em pagamento.....	127
34.1	Legitimidade ativa	127
34.2	Legitimidade passiva.....	127
34.3	Foro e juízo competentes.....	127
34.3.1	Crítérios determinativos da competência de foro	127
34.3.2	A relatividade da competência para a ação consignatória.....	128
34.3.3	A existência de litisconsórcio passivo	128
35.	Ação de consignação em pagamento e prestações sucessivas	128
35.1	Pedido implícito de prestações sucessivas.....	129
35.2	Consignação de prestações sucessivas	129
36.	Valor da causa	130
37.	Depósito judicial	131
38.	Efeitos do depósito judicial	131
39.	Citação do réu.....	132
40.	Direito de escolha da coisa devida.....	132

41. Defesas do réu.....	133
41.1 A defesa indicada no inc. I.....	133
41.2 A defesa indicada no inc. II.....	133
41.3 A defesa indicada no inc. III.....	134
41.4 A defesa indicada no inc. IV.....	135
42. Complementação do depósito.....	135
42.1 As consequências pela não complementação do depósito.....	137
43. Ação de consignação em pagamento fundada na dúvida quanto à titularidade do crédito.....	138
43.1 Posturas dos réus.....	138
44. Natureza da sentença.....	139
45. Enfitese civil e enfitese administrativa: resgate do aforamento.....	140
Capítulo II – AÇÃO DE EXIGIR CONTAS.....	147
46. A natureza dúplice da ação de exigir contas.....	147
47. A legitimidade para a ação de exigir contas.....	147
48. O interesse de agir em juízo.....	149
49. Procedimento da ação de exigir contas.....	149
50. A primeira fase do processo da ação de exigir contas.....	149
50.1 O réu não contesta.....	150
50.2 O réu apresenta as contas e não contesta.....	150
50.3 O réu oferta contestação.....	150
51. A natureza jurídica do decreto judicial de determinação da prestação de contas.....	151
52. As contas apresentadas pelas partes.....	152
53. O ônus da prova.....	153
54. Julgamento das contas: início da segunda fase.....	154
55. Prestação de contas por dependência.....	154
Capítulo III – AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	157
I – INTRODUÇÃO.....	157
56. Conceito de posse.....	157
57. Natureza jurídica e classificação da posse.....	158
II – AÇÕES POSSESSÓRIAS: GENERALIDADES.....	159
58. A tutela possessória.....	159
59. Fungibilidade das ações possessórias.....	160
60. Litisconsórcio passivo multitudinário.....	161

61. Cumulação de pedidos possessórios	162
62. Natureza dúplice das ações possessórias	163
63. Exceção de domínio	163
64. Adequação procedimental	166
65. Prestação de caução pelo autor	166
66. Competência para as ações possessórias	166
67. Legitimados para as ações possessórias	167
III – AÇÕES DE MANUTENÇÃO E DE REINTEGRAÇÃO DA POSSE	168
68. Introdução: a ofensa à posse	168
69. Petição inicial e justificação prévia da posse	169
70. Concessão liminar da tutela possessória	170
71. Inadmissibilidade de concessão de medida “ <i>inaudita altera parte</i> ”	171
72. Citação e resposta do réu	171
73. Audiência de mediação nos litígios coletivos pela posse ou pela propriedade de imóvel	172
74. Adoção do procedimento comum	174
IV – INTERDITO PROIBITÓRIO	174
75. A natureza preventiva do interdito proibitório	174
76. Legitimidades ativa e passiva para a ação de interdito proibitório	175
77. Procedimento da ação de interdito proibitório	175
Capítulo IV – AÇÃO DE DIVISÃO E AÇÃO E DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES.....	179
I – INTRODUÇÃO.....	179
78. As ações demarcatória e divisória de terras particulares.....	179
78.1 Pretensão demarcatória	179
78.2 Pretensão divisória	180
79. Natureza dúplice das ações demarcatória e divisória	181
80. Partes legítimas para a ação demarcatória	181
81. Partes legítimas para a ação divisória.....	182
82. Foro competente	182
83. A eficácia das sentenças divisórias e demarcatórias	183
84. Cumulação de demandas	183
85. Demarcação e divisão consensuais	184
86. As ações dos confinantes prejudicados com a demarcação.....	184

87. A dispensa da prova pericial de imóvel georreferenciado	186
II – AÇÃO DEMARCATÓRIA	187
88. Petição inicial.....	187
89. Ação demarcatória proposta por condômino	187
90. Citação e postura dos réus	187
91. Adoção do procedimento comum	188
92. Produção da prova pericial e apresentação do laudo pelos peritos.....	189
93. Julgamento do pedido demarcatório e execução material da sentença de demarcação	190
94. O encerramento da execução material da sentença demarcatória	191
95. Sentença homologatória da demarcação.....	191
III – AÇÃO DIVISÓRIA	191
96. Petição inicial, citação e posturas dos réus	191
97. Produção de prova pericial	192
98. Manifestação das partes sobre o laudo pericial.....	192
99. A exigência de respeito às benfeitorias permanentes.....	192
100. Formulação dos pedidos de quinhões	193
101. Julgamento do pedido divisório.....	193
102. Ação de restituição de terrenos usurpados	193
103. O plano de divisão	195
104. A decisão de deliberação de partilha do imóvel	195
105. Execução material da divisão	195
106. Sentença homologatória da divisão	196
107. Disposições comuns	196
Capítulo V – AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE.....	199
108. Introdução: sociedades empresárias e sociedades simples	199
109. As hipóteses de dissolução parcial da sociedade	200
109.1 Dissolução pela morte do sócio.....	201
109.2 Dissolução pela retirada voluntária.....	202
109.3 Dissolução pela exclusão judicial do sócio.....	202
110. A dissolução parcial da sociedade composta por apenas dois sócios	202
111. As ações de dissolução parcial de sociedade em sentido amplo.....	203
112. A ação autônoma de apuração de haveres	204

113. A ação de dissolução judicial parcial da sociedade cumulada com a ação de apuração de haveres	204
114. A legitimidade para as ações de dissolução parcial de sociedade e/ou de apuração de haveres	204
114.1 Em razão do falecimento do sócio	204
114.2 Pela retirada voluntária do sócio	205
114.3 Pela exclusão do sócio	205
114.4 Legitimidade do cônjuge ou companheiro do sócio	206
115. O procedimento da ação de dissolução ou resolução parcial da sociedade	206
115.1 Ajuizamento da ação e citação	206
115.2 Julgamento antecipado do pedido	207
115.3 Oferta de contestação	207
116. O procedimento da ação de apuração de haveres	208
117. A fase de apuração de haveres	208
118. A fixação da data da resolução da sociedade	208
119. A definição dos critérios de apuração de haveres	209
120. A prova pericial	210
121. Conclusão da perícia de apuração de haveres	210
122. Pagamento dos haveres	211
Capítulo VI – INVENTÁRIO E PARTILHA	213
I – INVENTÁRIO	213
123. O procedimento do inventário na legislação brasileira	213
124. Conceito de inventário	214
125. O espólio	214
126. Inventário e partilha extrajudiciais	214
127. Inventário negativo	215
128. Prazos para a abertura e encerramento do inventário	217
129. A resolução de questões de alta indagação	217
130. O administrador provisório	218
II – PROCEDIMENTO DO INVENTÁRIO	218
131. Foro e juízo competentes	218
132. Legitimidade para requerer o inventário	219
132.1 Legitimidade do administrador provisório	219
132.2 Legitimidade concorrente	220

133. Inventariante e modalidades de inventariança.....	221
133.1 Legitimidade para exercer a inventariança	222
133.2 Incumbências do inventariante	223
133.2.1 A livre administração do espólio	223
133.2.2 Atos de inventariança dependentes de prévia autorização judicial.....	224
134. Remoção do inventariante: causas determinantes	225
134.1 Procedimento e consequências da remoção	226
135. Primeiras declarações	226
136. Citação dos interessados, intimação da Fazenda Pública e do Ministério Público.....	226
137. Impugnação às primeiras declarações	227
138. O terceiro preterido nas primeiras declarações	228
138.1 Reserva de quinhão.....	228
138.2 A ação de petição de herança	228
138.3 A ação adequada após a realização da partilha.....	228
138.4 A informação do valor dos bens de raiz pela Fazenda Pública	229
139. Avaliação dos bens e laudo avaliatório. Últimas declarações	229
140. Cálculo do imposto de transmissão “ <i>causa mortis</i> ”	230
141. Colação.....	231
141.1 Pessoas obrigadas à colação.....	231
141.2 Formas de colação.....	231
141.3 Valor de colação dos bens doados.....	231
141.4 Colação pelo herdeiro renunciante ou excluído	232
141.5 O procedimento incidente da colação.....	232
142. Sonegação e ação de sonegados	233
142.1 As penas impostas ao sonegador	233
143. Pagamento das dívidas	234
144. Impugnação ao pagamento e reserva de bens	234
145. Habilitação do credor do espólio	234
146. Legitimidade do legatário para se manifestar sobre as habilitações	235
III – PARTILHA	235
147. Conceito de partilha	235
148. Regras para a definição da partilha.....	235
148.1 Equiparação dos quinhões hereditários	235

148.2	Comodidade dos coerdeiros, cônjuge ou companheiro	236
148.3	Prevenção de futuros litígios	236
148.4	Alienação de bens insuscetíveis de divisão cômoda.....	236
149.	Modalidades de partilhas: amigável e judicial.....	236
150.	Partilha em vida	238
151.	Antecipação da partilha	238
152.	Os modos de partilhar e a sucessão hereditária.....	238
152.1	Sucessão hereditária por direito próprio.....	239
152.2.	Sucessão hereditária por direito de representação.....	239
152.3.	Sucessão hereditária por linhas.....	239
152.4.	Sucessão hereditária por transmissão.....	240
153.	Reserva de bens ao nascituro.....	240
154.	Esboço de partilha judicial.....	240
155.	A metade disponível e a legítima	240
156.	O quinhão do cônjuge sobrevivente	241
157.	O quinhão do companheiro	242
158.	A meação do cônjuge ou do companheiro sobrevivente	242
159.	Manifestação dos interessados sobre o esboço de partilha.....	243
160.	Elementos componentes da partilha judicial	243
161.	A sentença da partilha judicial	244
162.	Formal de partilha	244
163.	Emenda da partilha.....	244
164.	Anulação da partilha amigável.....	245
165.	Rescisão da partilha judicial.....	245
IV – ARROLAMENTO	246	
166.	Conceito de arrolamento	246
167.	Modalidades de arrolamentos e seus requisitos.....	247
168.	Procedimento do arrolamento sumário.....	247
169.	Peculiaridades do arrolamento sumário	248
169.1	A dispensa de avaliação dos bens do espólio.....	248
169.2	A utilização da via administrativa para a resolução de questões envolvendo taxas e tributos.....	248
169.3	Credores do espólio e reserva de bens.....	248

170. A necessidade de comprovação de pagamento de tributos e a intervenção da Fazenda Pública	249
171. Conversibilidade do inventário em arrolamento sumário	249
172. Procedimento do arrolamento comum.....	249
173. Possibilidade de adoção do arrolamento comum havendo herdeiro incapaz.....	250
174. Peculiaridades do arrolamento comum	250
175. Anulação da sentença de partilha no arrolamento.....	250
176. Rescisão da sentença de partilha no arrolamento.....	250
177. Dispensa de inventário ou de arrolamento.....	251
178. Aplicação subsidiária das normas do inventário ao arrolamento	251
V – DISPOSIÇÕES COMUNS AO INVENTÁRIO E AO ARROLAMENTO	251
179. Introdução.....	251
180. Cessaçãõ da eficácia das medidas provisórias de urgência.....	252
181. Sobrepartilha e os bens a elas sujeitos	253
182. Guarda dos bens a serem sobrepartilhados	253
183. Curatela do herdeiro ausente ou incapaz.....	254
184. Cumulação de inventários	254
185. Habilitação de herdeiro representante	255
Capítulo VII – EMBARGOS DE TERCEIRO	263
186. Responsabilidade patrimonial	263
187. Os legitimados para a ação de embargos de terceiro.....	264
188. Finalidades dos embargos de terceiro	267
189. Embargos de terceiro e oposição.....	268
190. Momentos para a oposição dos embargos de terceiro	268
191. Juízo competente para o processamento dos embargos de terceiro.....	268
192. Ajuizamento dos embargos de terceiro e citação do embargado.....	268
193. Suspensão das medidas constritivas e a manutenção ou reintegração do embargante na posse do bem	269
194. Contestação e adoção do procedimento comum.....	270
195. Julgamento dos embargos de terceiro	270
196. Embargante com garantia real.....	271
Capítulo VIII – OPOSIÇÃO	273
197. Natureza jurídica da oposição	273
198. Oposição como demanda bifronte	274

199. Modalidades de oposição: interventiva e autônoma	274
200. Oposição e embargos de terceiro	275
201. A facultatividade da oposição.....	276
202. Propositura da oposição: petição inicial e citação dos opostos	276
203. A relação litisconsorcial	278
204. Os comportamentos dos opostos.....	279
205. Reconhecimento da procedência da oposição	279
205.1 Reconhecimento pelo autor-oposto.....	279
205.2 Reconhecimento pelo réu-oposto	279
205.3 Reconhecimento por ambos os opostos.....	280
206. Contestação	280
207. Reconvenção	280
208. Revelia	280
209. A relação de prejudicialidade entre a oposição e a ação original	281
Capítulo IX – HABILITAÇÃO	283
210. Conceito de habilitação	283
211. Modalidades de habilitação: voluntária e compulsória.....	284
212. A inércia dos interessados na habilitação	284
213. A legitimidade para requerer a habilitação compulsória.....	284
214. A habilitação voluntária nos autos do processo principal.....	285
215. Processamento da ação de habilitação compulsória	286
216. Julgamento do pedido de habilitação	286
217. Sentença de habilitação	287
Capítulo X – AÇÕES DE FAMÍLIA	289
218. A família nas Constituições brasileiras	289
219. Natureza jurídica do Direito de Família.....	292
220. As denominadas Ações de Família: peculiaridades e competência para seu processamento	293
221. Procedimentos judiciais das Ações de Família.....	294
222. O procedimento estatuído pelo Código de Processo Civil	294
223. A busca de solução consensual para a resolução do litígio	294
224. Mediação e conciliação	295
225. A suspensão do processo	296
226. Citação e posturas do réu	296

227. Fracionamento da audiência.....	297
228. Adoção do procedimento comum	297
229. A intervenção do Ministério Público	297
230. Abuso ou alienação parental.....	298
Capítulo XI – AÇÃO MONITÓRIA.....	301
231. As técnicas para a obtenção da tutela monitoria	301
232. A ação monitoria no Código de Processo Civil.....	305
233. Competência para a ação monitoria	306
234. Inadmissibilidade de ação monitoria em face de incapaz	306
235. Legitimidade para a ação monitoria	307
235.1 A legitimidade da Fazenda Pública.....	307
235.2 A legitimidade para a ação tendo por objeto obrigação de pagar quantia em dinheiro.....	308
235.3 A legitimidade para a ação tendo por objeto obrigação de entrega de coisa ou de bem	308
235.4 A legitimidade para a ação tendo por objeto obrigação de fazer ou não fazer.....	309
236. Exigência de prova escrita	310
236.1. A prova documental representada por títulos de crédito destituídos de eficácia executiva.....	313
236.1.1. A letra de câmbio	314
236.1.2. A nota promissória	315
236.1.3. A duplicata	316
236.1.4. A debênture	317
237. Valor da causa	317
238. Indeferimento da petição inicial	318
239. Citação do réu	318
240. O mandado monitorio: conceito e natureza jurídica	318
241. Cumprimento voluntário do mandado monitorio.....	319
242. Inércia do réu e a conversão do mandado monitorio em título executivo judicial....	320
243. Inércia da Fazenda Pública	321
244. Embargos ao mandado monitorio	321
245. Eficácia do mandado monitorio	323
246. Rejeição liminar dos embargos ao mandado monitorio	323

247. Embargos parciais ao mandado monitorio	324
248. Respostas do embargado.....	324
249. Ônus da prova.....	325
250. Julgamento dos embargos ao mandado monitorio	326
250.1 Rejeição total dos embargos ao mandado monitorio.....	326
250.2 Acolhimento parcial dos embargos ao mandado monitorio.....	326
250.3 Acolhimento integral dos embargos ao mandado monitorio	326
251. Recurso	327
252. Cabimento de ação rescisória	327
253. A execução do título executivo judicial	327
254. Sanções por litigância de má-fé	328
Capítulo XII – HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL	331
255. Introdução.....	331
256. Conceito de penhor legal	331
257. Situações autorizadoras do penhor legal.....	332
258. O procedimento homologatório do penhor legal: homologação judicial e extrajudicial.....	332
259. Citação e posturas do réu.....	333
259.1 O réu é revel.....	333
259.2 O réu reconhece a procedência do pedido	334
259.3 O réu oferta contestação	334
260. Audiência preliminar e conversão do procedimento	334
261. Homologação do penhor legal e a consolidação da posse sobre o bem empenhado	334
262. Negativa de homologação do penhor legal.....	335
263. Recurso	335
Capítulo XIII – REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA	337
264. Conceito de avaria grossa.....	337
265. Regulador de avarias e suas funções.....	338
266. Competência para o procedimento judicial de regulação de avaria grossa	339
267. Procedimento de regulação judicial de avaria grossa.....	339
268. Fases da regulação judicial de avaria grossa	340
268.1 A fase preparatória.....	340
268.2 A instauração da regulação judicial.....	342
268.3 A liquidação da regulação.....	342

Capítulo XIV – RESTAURAÇÃO DE AUTOS	345
269. O desaparecimento dos autos do processo	345
270. Legitimados a promover a restauração dos autos	346
271. Procedimento de restauração	347
272. Citação e comportamento da parte contrária	347
273. Instrução probatória e julgamento	347
274. Prosseguimento do processo nos autos restaurados	348
275. Restauração no tribunal	348
276. Responsabilidade pela necessidade de restauração	349

Título III

Procedimentos de Jurisdição Voluntária

Capítulo I – DISPOSIÇÕES GERAIS	353
277. Jurisdição civil	353
278. A jurisdição voluntária	353
279. Características da jurisdição voluntária	355
280. O procedimento padrão de jurisdição voluntária	356
281. Os legitimados para instauração do procedimento padrão	357
282. Atuação do Ministério Público	357
282.1 O Ministério Público como órgão agente	358
282.2 O Ministério Público como órgão interveniente	358
282.3 Prerrogativas e deveres processuais do Ministério Público	358
283. Atuação da Defensoria Pública: prerrogativas e deveres processuais	359
284. A intervenção da Fazenda Pública	360
285. Citação e manifestação dos interessados	360
286. Ônus da prova	360
287. Julgamento	360
288. Recurso	361
289. Hipóteses de adoção do procedimento-padrão	362
289.1 Emancipação	362
289.2 Sub-rogação	362
289.3 Alienação, arrendamento ou oneração de bens de crianças ou adolescentes, de órfãos e de interditos	363
289.4 Alienação, locação e administração da coisa comum	363

289.5	Alienação de quinhão em coisa comum	364
289.6	Extinção de usufruto e de fideicomisso.....	364
289.7	Expedição de alvará judicial	366
289.8	Homologação de autocomposição extrajudicial	366
290.	Outras hipóteses de adoção do procedimento-padrão	366
Capítulo II – NOTIFICAÇÃO E INTERPELAÇÃO		369
291.	Conceitos de interpelação e de notificação.....	369
292.	Procedimento da notificação e interpelação judiciais	370
293.	Notificação judicial	370
294.	Interpelação judicial	371
295.	Entrega dos autos da notificação e interpelação	371
296.	Protesto judicial	371
297.	Inadmissão de defesa pelo requerido	372
Capítulo III – ALIENAÇÃO JUDICIAL		375
298.	Escopos da alienação judicial.....	375
299.	Alienação judicial incidental e alienação judicial autônoma	376
300.	Procedimento da alienação judicial incidental	377
301.	A instauração do procedimento de alienação judicial incidental.....	377
302.	O leilão judicial do bem	378
303.	O direito de preferência na alienação de bem comum.....	378
Capítulo IV – DIVÓRCIO E SEPARAÇÃO CONSENSUAIS, EXTINÇÃO CONSENSUAL DE UNIÃO ESTÁVEL E ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS DO MATRIMÔNIO		381
I – VÍNCULO MATRIMONIAL E SOCIEDADE CONJUGAL.....		381
304.	Introdução.....	381
II – DIVÓRCIO		382
305.	Introdução.....	382
306.	Efeitos do divórcio	383
307.	Registro da sentença de divórcio	384
III – SEPARAÇÃO DOS CÔNJUGES.....		384
308.	Separação legal	384
309.	Efeitos da separação.....	385
310.	Restauração da sociedade conjugal.....	385

311. Homologação do divórcio ou da separação consensuais	386
312. Partilha posterior dos bens do casal	386
IV – UNIÃO ESTÁVEL.....	386
313. Introdução	386
314. Conceito de união estável	387
315. Pressupostos para a caracterização da união estável	388
316. Direitos e deveres dos companheiros	389
317. Conversão da união estável em casamento.....	390
318. Homologação da extinção consensual da união estável	390
319. Separação, divórcio e extinção da união estável pela via administrativa	390
V – REGIME DE BENS ENTRE CÔNJUGES.....	391
320. Introdução	391
321. Princípios regentes do regime de bens.....	392
322. Gestão patrimonial	393
322.1 A livre prática de atos patrimoniais.....	393
322.2 Atos praticados sem autorização.....	395
322.3 Atos que dependem de autorização.....	395
322.4 Suprimento judicial.....	396
322.5 Gestão exclusiva dos bens por um dos cônjuges.....	397
323. Pacto antenupcial: conceito e características.....	397
323.1 Pacto antenupcial celebrado por menor	398
323.2 Pacto antenupcial e regime de participação final nos aquestos	398
A – REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL DE BENS	398
324. Bens particulares de cada cônjuge	398
325. Bens comunicáveis.....	400
326. Administração do patrimônio comum	401
327. Responsabilidade por dívidas e obrigações	401
B – REGIME DE COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS	401
328. Introdução.....	401
329. Bens excluídos da comunhão universal	402
330. Comunicação dos frutos	403
331. Administração dos bens.....	403
332. Extinção da responsabilidade por dívidas	403

C – REGIME DE PARTICIPAÇÃO FINAL NOS AQUESTOS	403
333. Introdução.....	403
334. Bens componentes dos patrimônios próprios	403
335. Partilha dos aquestos	404
336. Responsabilidade por dívidas.....	405
337. Irrenunciabilidade, inaccessibilidade e impenhorabilidade do direito à meação	405
D – REGIME DE SEPARAÇÃO TOTAL DE BENS	405
338. Introdução.....	405
339. Modalidades do regime de separação total de bens	406
340. Regime de separação de bens e comunicação dos aquestos	406
341. Regime de separação de bens na sucessão hereditária	406
342. Procedimento judicial para a alteração do regime de bens do casamento	407
342.1 Formulação do requerimento.....	407
342.2 Necessidade de motivação	407
342.3 Intervenção do Ministério Público.....	407
342.4 Exigência de publicidade.....	407
342.5 Julgamento	407
Capítulo V – TESTAMENTOS E CODICILOS	411
343. Conceito de testamento.....	411
344. Modalidades testamentárias: testamentos ordinários e especiais.....	412
345. Testamentos ordinários: público, cerrado e particular (CC, art. 1.862)	412
345.1 Testamento público.....	412
345.2 Testamento cerrado.....	412
345.3 Testamento particular.....	412
346. Testamentos especiais: marítimo, aeronáutico e militar (CC, arts. 1.886 ss.).....	412
346.1 Testamento marítimo	412
346.2 Testamento aeronáutico	412
346.3 Testamento militar	413
347. Codicilo	413
348. Busca e apreensão do testamento.....	413
349. Procedimentos para o cumprimento de testamentos.....	413
350. Procedimento de abertura, registro e cumprimento do testamento cerrado (CPC, art. 735).....	413
350.1 Suspensão do cumprimento do testamento cerrado	414

350.2	A participação do Ministério Público no cumprimento do testamento cerrado.....	414
350.3	Registro, arquivamento e cumprimento do testamento cerrado	414
351.	Procedimento para o cumprimento de testamento público.....	414
352.	Procedimento de confirmação do testamento particular	414
352.1	Finalidade da inquirição das testemunhas testamentárias	415
352.2	Manifestação dos interessados sobre o testamento particular	415
352.3	Impugnação do testamento particular	416
352.4	Reconhecimento da autenticidade do testamento.....	416
353.	Procedimento para o cumprimento dos testamentos especiais e do codicilo	416
353.1	Testamento aeronáutico	416
353.2	Demais testamentos especiais.....	416
353.3	Cumprimento do codicilo.....	416
354.	Execução do testamento ou do codicilo.....	416
355.	O testamenteiro e suas atribuições	417
356.	Natureza jurídica da testamentaria	417
357.	Modalidades de testamentarias	417
357.1	Testamenteiro nomeado ou instituído	417
357.2	Testamenteiro legal	417
357.3	Testamenteiro dativo.....	417
357.4	Testamenteiro universal	417
358.	Compromisso do testamenteiro	417
359.	Incumbências do testamenteiro	418
360.	Concorrência de testamenteiros	419
361.	Cumulação da testamentaria e inventariança	419
362.	Prestação de contas pelo testamenteiro	419
363.	A escusa do cargo de testamenteiro	419
364.	Remoção do testamenteiro	420
365.	O direito à vintena	420
	Capítulo VI – HERANÇA JACENTE.....	425
	I – ARRECADAÇÃO DA HERANÇA JACENTE	425
366.	Conceito de herança jacente	425
367.	Legitimidade para requerer a arrecadação da herança jacente	426
368.	Foro competente para a arrecadação da herança jacente	427

369. Procedimento da arrecadação da herança jacente.....	427
370. Cancelamento ou suspensão da arrecadação da herança jacente.....	428
371. Encerramento da arrecadação da herança jacente	428
372. Conversão da arrecadação da herança jacente em inventário	429
373. Curatela dos bens arrecadados.....	429
II – HABILITAÇÃO NO PROCEDIMENTO DE ARRECADAÇÃO DE BENS	430
374. Habilitação do interessado na herança jacente	430
375. Procedimento de habilitação	430
376. Habilitação de credores	430
377. Alienação de bens dos bens arrecadados.....	430
378. Declaração de vacância da herança	431
379. Destinatário final da herança vacante	431
380. Declaração de vacância e usucapião	432
Capítulo VII – BENS DOS AUSENTES.....	435
I – CURADORIA DO AUSENTE	435
381. Conceito de ausência civil.....	435
382. Fases da declaração de ausência.....	435
383. Primeira fase: a curadoria do ausente	435
384. Segunda fase: a abertura da sucessão provisória do ausente	436
385. Terceira fase: a abertura da sucessão definitiva do ausente	436
386. Legitimidade para requerer a arrecadação dos bens do ausente	436
387. Justiça e foro competentes para a declaração de ausência	437
388. O curador do ausente	437
389. Cientificação da arrecadação	437
390. Cessação da curadoria do ausente	438
II – SUCESSÃO PROVISÓRIA DO AUSENTE.....	438
391. Decurso do prazo para a abertura da sucessão provisória do ausente.....	438
392. Legitimidade para requerer a abertura da sucessão provisória do ausente.....	438
393. Citação dos interessados	439
394. Sentença de abertura da sucessão provisória do ausente e seus efeitos	439
395. Caução de restituição dos bens ao ausente.....	439
396. Restituição dos bens do ausente.....	440
397. Jacência da herança.....	440

III – SUCESSÃO DEFINITIVA DO AUSENTE.....	440
398. Conversão da sucessão provisória em sucessão definitiva do ausente.....	440
399. Efeitos da declaração de ausência definitiva.....	440
399.1 Morte presumida.....	440
399.2 Reivindicação dos bens	440
399.3 Exercício do poder familiar	441
399.4 Declaração de ausência e morte presumida para fins previdenciários	441
399.5 A declaração de ausência e morte presumida da “Lei de anistia”	441
Capítulo VIII – COISAS VAGAS	447
400. Conceito de descoberta	447
401. O descobridor e a recompensa pela descoberta.....	447
402. Destinação a ser dada à coisa achada e a responsabilidade civil do descobridor	448
403. Instauração do procedimento judicial	448
404. Foro competente para o procedimento judicial de arrecadação	449
405. Divulgação da descoberta	449
406. Reclamação da coisa achada	449
407. Participação do Ministério Público e da Fazenda Pública.....	450
408. Alienação da coisa achada	450
409. Adjudicação da coisa pelo descobridor	450
410. Bem deixado em estabelecimento comercial	451
411. Coisa produto de crime	451
Capítulo IX – CURATELA DE INTERDITOS	453
I – CONCEITO DE INTERDIÇÃO	453
412. Incapacidade civil	453
413. Pessoas incapazes e o Estatuto da Pessoa com Deficiência	453
414. Tomada de decisão apoiada	455
415. Situações particulares de incapacidade.....	457
415.1 A incapacidade dos idosos.....	457
415.2 A incapacidade do enfermo ou do deficiente físico.....	457
II – PROCEDIMENTO DA INTERDIÇÃO.....	457
416. Competência para ação de interdição	457
417. Legitimidade ordinária para requerer a interdição	458
417.1 O cônjuge ou companheiro.....	458

417.2	Os parentes.....	458
417.3	O tutor	459
417.4	O representante da entidade que abriga o interditando.....	459
417.5	O próprio deficiente.....	459
417.6	O Ministério Público	459
418.	Petição inicial e seus requisitos	460
419.	Curatela provisória.....	460
420.	Citação e entrevista do interditando.....	461
421.	Impugnação ao pedido de interdição	461
422.	Produção de prova pericial	462
423.	Sentença de interdição.....	463
424.	Curatela compartilhada.....	464
425.	Efeitos da interdição	464
426.	Levantamento da curatela e levantamento parcial da interdição	465
427.	A extensão da autoridade do curador	465
428.	A assistência a ser prestada ao interdito para a conquista de autonomia.....	466
429.	A assistência a ser prestada ao interdito que não possa manifestar sua vontade	467
Capítulo X – DISPOSIÇÕES COMUNS À TUTELA E À CURATELA		471
430.	Representação legal dos incapazes.....	471
431.	A figura do protutor	472
432.	Compromisso para o exercício da tutela ou da curatela	472
433.	Prestação de caução pelo tutor ou curador.....	472
434.	Responsabilidade do juiz	473
435.	Curatela do nascituro	473
436.	Escusa do encargo: procedimento	473
437.	Remoção do tutor ou do curador: procedimento.....	474
438.	Suspensão do encargo.....	475
439.	Exoneração do encargo e prestação de contas	475
Capítulo XI – DA ORGANIZAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO DAS FUNDAÇÕES.....		479
440.	Conceito de fundação	479
441.	Espécies de fundações	480
442.	Instituição da fundação privada e necessidade de aprovação pelo Ministério Público	480

443. Administração da fundação	481
444. Fiscalização da fundação pelo Ministério Público	481
445. Elaboração dos estatutos pelo representante do Ministério Público	482
446. Alterações estatutárias	482
447. Extinção da fundação	482
Capítulo XII – RATIFICAÇÃO DOS PROTESTOS MARÍTIMOS E DOS PROCESSOS TESTEMUNHÁVEIS FORMADOS A BORDO	487
448. O protesto formado a bordo	487
449. Procedimento de ratificação judicial do protesto formado a bordo.....	488
450. O requerimento de ratificação	488
451. Instauração do procedimento	489
452. Audiência de instrução	489
453. Sentença de ratificação	489
BIBLIOGRAFIA.....	493
ÍNDICE.....	501